



ENTREVISTA TEODORA CARDOSO

Presidente do Conselho
das Finanças Públicas

► Licenciada pelo antigo ISCEF (ISEG), é economista desde 1964. Nesse ano, começa a carreira na Fundação Gulbenkian como investigadora. Em 1970 entra no Governo, para o Gabinete de Planeamento da Direção-Geral das Construções Escolares, do Ministério das Obras Públicas, onde fez os planos de fomento do sector. Torna-se professora assistente do ISEG. Em 1975, participa na elaboração da lei orgânica do Banco de Portugal, mas será em 1984 e 1985 que vive um dos momentos mais marcantes da sua carreira: chefia o Grupo Técnico de Negociação dos acordos de estabilização com o FMI, estava o país no seu segundo plano de ajustamento. De 1992 a 2008 trabalha como conselheira para o Banco BPI, instituição que abandona para reingressar no Banco de Portugal, como administradora. Em janeiro de 2012, é indicada para presidente do CFP.

Com 48 anos de carreira, a economista é uma das vozes críticas em relação ao 'mix' de políticas escolhido por Governo e 'troika'

Recessão faz ricochete. “Quando há uma mudança muito forte na estrutura dos impostos e nas taxas numa situação económica difícil, é muito difícil prever o nível de receitas que efetivamente vão acontecer”, diz a presidente do órgão fiscalizador

“Este ano foi o IVA, mas em 2013 o risco está no IRS”

LUÍS REIS RIBEIRO

Teodora Cardoso deixou o lugar de administradora do Banco de Portugal para assumir em regime de exclusividade a presidência do Conselho das Finanças Públicas (CFP), instituição que existia no papel desde 2001, mas que apenas foi ativada em 2011. Nesta entrevista ao DN/Dinheiro Vivo, concedida à margem da apresentação da conferência e oficina “Para uma reforma abrangente da organização e gestão do sector público”, que decorrerá no final de janeiro de 2013, a economista alerta que o Orçamento do Estado (OE) do próximo ano é de muito alto risco que não se podem excluir novos aumentos de impos-

tos ou cortes na despesa para responder aos deslizes.

Os riscos para o Orçamento de 2013 são ameaçadores?

O próprio Orçamento do Estado enumera riscos, enumera um conjunto bastante alargado deles. Eu diria que os riscos são muito importantes, mas alguns não dependem de todo de nós porque têm a ver com o enquadramento internacional. Mas esse é um risco poderoso.

Está a pensar em Espanha?

Sim. Desses riscos externos é, provavelmente, o mais significativo para nós. Se as coisas piorarem é óbvio que terá um impacto grande sobre nós. E a Itália também teria até porque tem impacto em Espanha.

E riscos internos?

Há um conjunto de riscos internos cujo impacto nas contas é direto. Este ano vimos que o problema foi no IVA, no próximo ano penso que essa questão estará no IRS. Quando há uma mudança muito forte na estrutura dos impostos e nas taxas numa situação económica difícil, é muito difícil prever o nível de receitas que efetivamente vão acontecer em função dessa mudança.

Mas por via da quebra de rendimento disponível ou por fuga ao fisco?

Diria que pelos dois motivos, mas pior pela quebra do rendimento. Esse problema é mais sério e, sobretudo, porque também está relacionado com o enquadramento internacional. No caso da fuga, a administração fiscal procura co-

brir e está a funcionar bem e penso que continuará; mas há áreas que são difíceis de apanhar quando o incentivo para fugir é muito grande.

A estabilização prevista para a dívida pública em 2013 também está em causa?

Também há riscos desse lado. Por exemplo, ainda não se sabe muito bem o que é que se vai passar com as empresas públicas que ainda estão fora do perímetro orçamental, com as negociações relativas a privatizações.

Está a referir-se ao sector dos transportes?

Sim, por ser o mais relevante. Toda a dívida daquele sector pode vir a entrar na dívida pública e isso tem consequências para os encargos com juros e para o próprio rácio que depois é um indicador para várias coisas, que os investidores internacionais acompanham. Portanto, há um conjunto de riscos que não são, de maneira nenhuma, despreciables.

Não está preocupada com o BPN?

Isso também pode dar problemas. Há um conjunto de operações que podem dar problemas. Essa, as parcerias público-privadas, mas são tantas que nem sou capaz de enumerá-las a todas. Aliás, o relatório do Orçamento do Estado até enumera um conjunto detalhado com esses pontos, mas que, embora estejam numerados, não

foram tidos em conta na proposta orçamental para 2013.

Porquê?

Porque, realmente, se forem tidos em conta, o Orçamento tem que agravar ainda mais os impostos ou cortar ainda mais na despesa em 2013.

É por isso que o CFP disse que o OE é “otimista”?

No nosso relatório sobre o OE evidenciamos esse problema. Mas também o do dilema entre fazer previsões otimistas ou pessimistas. As otimistas têm esse problema porque depois levam a medidas adicionais que acabam por, de certa maneira, desacreditar o processo orçamental. Portanto, também são más. Mas se forem pessimistas, e se levarem a uma política que aparece logo à partida como insustentável, também não são boas porque prejudicam de imediato o apoio da população. Aqui há realmente um problema que não é fácil de resolver.

O plano de corte de pelo menos 4000 milhões de euros na despesa vai servir para acomodar, em parte, o que correr mal na execução orçamental?

Penso que é essa a ideia. Agora a questão é conseguir tornar isso sustentável e coerente. É essa a nossa preocupação patente na conferência que faremos no final de janeiro, sobre a reforma da organização e da gestão do sector público.